

----- Ata da reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, realizada pelas vinte horas e trinta minutos do dia vinte e cinco do mês de Outubro do ano de dois mil e dezasseis, na sala das sessões do edifício dos Paços do Concelho, cuja ordem de trabalhos é a seguinte:-----

Ponto 1 – Votação e eventual aprovação da Prestação de contas consolidadas – Exercício de 2014;-----

Ponto 2 – Votação e eventual aprovação da Prestação de contas consolidadas – Exercício 2015;-----

Ponto 3 - Votação e eventual aprovação da 5ª Revisão ao Orçamento, PPI, Actividades Mais Relevantes;-----

Ponto 4 – Votação e eventual aprovação da Assunção de compromissos plurianuais – “Empreitada de Substituição da Cobertura do Pavilhão Municipal”;-----

Ponto 5 – Votação e eventual aprovação da Empreitada “Rede de Abastecimento de água da freguesia de Guadalupe e parte da freguesia de Santa Cruz da Graciosa”;-----

Ponto 6 – Votação e eventual aprovação do Pedido de Isenção de taxas por parte da Direção Regional da Habitação.-----

-----Verificado o quórum, constatam-se as presenças de: João Manuel Teixeira Bettencourt, Tiago Avelar Lima Santos, Manuel Dionísio Leite da Silva em substituição de José Manuel da Silva Gregório, João Natal Lima Bettencourt, Hélder Manuel da Veiga Bettencourt Picanço em substituição de José Manuel Gregório de Ávila, Manuel José da Silva Ramos, Paulo José da Cunha Vasconcelos, Luzia Barroso Pardal Monteiro Cordeiro, George Ortins Lobão, Paulo Jorge Leite da Cunha, João Eduardo Bettencourt, Ricardo Bettencourt Ramalho, todos do partido Socialista; José Gabriel da

Cunha Martins, João Luís Bruto da Costa Machado da Costa, Rui Pamplona Tristão Nascimento em substituição de Fernando Dioclécio Martins Mesquita Gabriel, Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos em substituição de Francisco Eduardo Bettencourt Medeiros, Manuel Guilhermino da Rocha, Marco Nuno Costa e Silva e Rui Jorge Bettencourt Melo todos do Partido Social Democrata.-----

-----Também presentes o Presidente da Camara Municipal, Manuel Avelar Cunha Santos, José Manuel Bettencourt Ataíde em substituição da Vice-Presidente Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro e os vereadores António Manuel Bettencourt Ortins Lourenço, João Manuel Bettencourt Cunha e António Manuel Ramos dos Reis.-----

-----Verificando-se que a Mesa da Assembleia Municipal não estava completa, devido à ausência do 1º Secretário, José Manuel da Silva Gregório, o Presidente da Assembleia Municipal convidou o membro da Assembleia Municipal Luzia Barroso Pardal Monteiro Cordeiro para assumir o cargo de 2º Secretário, sendo o cargo de 1º Secretário assumido por Tiago Avelar Lima Santos, conforme determina Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----Aberta a sessão o Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida. Seguidamente deu-se início à leitura e votação da Ata da Reunião ordinária de sete de Setembro de 2016, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Seguidamente passou-se à "Ordem do dia".-----

Ponto 1 – Votação e eventual aprovação da Prestação de contas consolidadas – Exercício de 2014;-----

-----O Presidente da Câmara referiu que o Município de Santa Cruz da Graciosa é detentor de cerca de setenta e oito por cento da Empresa de Transportes Colectivos da Ilha Graciosa. Com a publicação da Lei 73/2013 era entendimento que teríamos de fazer contas consolidadas, no entanto foi da opinião da direcção da empresa que segundo o Decreto-Lei 158 de Julho de 2009 a Autarquia não estaria abrangida, tendo um jurista emitido essa a mesma opinião. Por outro lado, o Tribunal de Contas tem outro entendimento e a Câmara Municipal acatou a opinião e enviou as contas consolidadas. Em relação às contas consolidadas de 2015 já foram enviadas, esperando agora a aprovação da Assembleia Municipal. Salientou ainda que o quadro Técnico da Câmara Municipal carece da contratação de um jurista. Não havendo por parte dos Membros pedidos de esclarecimento, passou-se à votação da Prestação de contas consolidadas – Exercício de 2014, tendo sido aprovado com doze votos favoráveis por parte do Partido Socialista e sete abstenções por parte do Partido Social Democrata.-----

Ponto 2 – Votação e eventual aprovação da Prestação de contas consolidadas – Exercício 2015;-----

-----O Presidente da Câmara referiu que já foram enviadas as contas consolidadas de 2015 dentro do prazo dado pelo Tribunal de Contas, a nove de Setembro, e não havendo por parte dos Membros pedidos de esclarecimento, passou-se à votação da Prestação de contas consolidadas – Exercício de 2015; tendo sido aprovada com doze votos favoráveis por parte do Partido Socialista e sete abstenções por parte do Partido Social Democrata.-----

Ponto 3 - Votação e eventual aprovação da 5ª Revisão ao Orçamento, PPI, Actividades Mais Relevantes;-----

-----O Presidente da Câmara referiu que a quinta Revisão ao Orçamento, mais não é do que remeter para o ano de 2017 a execução das duas grandes obras, uma vez que ainda não se iniciaram. -----





-----O Membro Marco Nuno questionou o Presidente da Câmara sobre os apoios aos clubes que militam nas competições regionais ao qual o Presidente respondeu que é intenção da Câmara Municipal entregar a primeira tranche antes do final do corrente ano.-----

-----O Membro João Costa referiu que o PSD tinha razão quando chamou a atenção que as despesas de investimento desaparecem do Orçamento, achando ridículo que do Programa Operacional Açores 2014-2020 em 2016 está previsto ser aplicado 318 euros, não sendo uma das prioridades desta Autarquia fazer investimentos que mexam com a economia da Ilha. Refere que desaparecem um milhão de euros devido à incompetência e que estão a atirar para o próximo executivo investimentos que não é capaz de fazer neste mandato. No caso do parque empresarial de 1.049.471,00 euros prevê-se executar no corrente ano 103.000,00 euros; no ano seguinte 114.000,00 euros e em 2018 939.369,00 euros que, como sabemos, será o mandato de outro executivo. Uma Câmara que promete durante seis anos um parque empresarial demonstra assim a vontade deste executivo. Referiu ainda que se o Presidente da Câmara levasse mais uma multa, se calhar cometeria menos erros.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que as obras não poderão avançar sem financiamento e, por conseguinte, com os projetos aprovados. Ninguém tem mais vontade, no seu entender, do que este executivo para iniciar a obra do parque empresarial, mas como é do seu conhecimento o Aviso para a candidatura ao Parque empresarial só abriu em Setembro de 2016. Quanto à multa informou que esta está paga e resolvida a situação, não sendo necessário o Senhor João Costa ficar preocupado.-----

-----João Costa questiona o Presidente da Câmara onde está o investimento realizado por esta Autarquia e porque a Câmara inscreveu a verba para investimento no Orçamento. O Presidente da Câmara referiu que a população vê o investimento realizado pela Câmara Municipal e que investimentos de grande monta só serão concretizados com apoios comunitários.-----

-----Manuel José Ramos referiu que Orçamento é uma previsão que se faz para o ano seguinte, podendo essas previsões concretizarem-se ou não. Em relação a este Orçamento, o Membro da Assembleia refere que se está a falar de verbas que não existiam na Câmara Municipal, não deram entrada e que, por isso, foi necessário proceder-se à desafetação das mesmas, explicando ser este um procedimento normal.-----

-----O Membro João Costa questionou o presidente porque é que a maior parte do investimento para o parque industrial está inscrito para o ano de 2018 e a que se deve o reforço de verbas de 140.00,00 para os resíduos. O Presidente da Câmara em relação aos resíduos referiu que o reforço será para aquisição de um camião do lixo, se ainda for possível até ao final do ano. No Caso do parque empresarial referiu que estamos próximos do final do ano, e que, com as demoras inerentes ao processo, poderá ser necessário a realização dos últimos pagamentos no ano de 2018, mas que esta autarquia tudo fará para que se inicie o mais rapidamente possível. ---

-----O Membro Ricardo Ramalho referiu que a Câmara Municipal, devido à sua dimensão, depende, e muito, dos fundos comunitários, e se houve diversos atrasos envolvendo os apoios comunitários, não poderá a autarquia ser culpada por esta situação. Salientou que João Costa tenta ludibriar os Graciosenses dando a entender que a Câmara é despesista, mas se a Câmara não recebeu os fundos, não os pode gastar e por isso fez uma revisão orçamental, como aconteceu e acontece com muitas Câmaras. -----

-----O Membro João Costa diz que o que quer saber é onde estão os 15 % da autarquia para o investimento nas obras com apoios a fundos comunitários. Refere ainda que a Câmara inscreve verbas quando sabe que não virão e adia obras quando já sabe que as verbas estão disponíveis.-----

-----Posteriormente passou-se à votação da 5ª Revisão ao Orçamento, PPI, Actividades Mais Relevantes; tendo sido aprovado com doze votos favoráveis por parte do Partido Socialista e sete abstenções por parte do Partido Social Democrata.-----

Ponto 4 – Votação e eventual aprovação da Assunção de compromissos plurianuais – “Empreitada de Substituição da Cobertura do Pavilhão Municipal”;-----

-----O Presidente da Câmara referiu que é uma preocupação de todos para que se realize esta obra o mais rapidamente possível. O Município espera apenas o visto do Tribunal de Contas para levantar o dinheiro e dar início à obra. A Lei dos compromissos obriga a vinda à Assembleia Municipal porque está dividida em dois anos económicos, uma vez que não está só dependente da Câmara.-----

-----O Membro João Costa chamou a atenção para o facto de ter referido anteriormente que a Câmara estava a fazer as coisas ao contrário, e que o Tribunal de Contas iria chatear e que teriam ido para a comunicação social dizer o contrário. O Presidente da Câmara disse que a Câmara não declarou nada à comunicação social sobre este assunto. Posteriormente passou-se à votação da Empreitada de Substituição da Cobertura do Pavilhão Municipal tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto 5 – Votação e eventual aprovação da Empreitada “Rede de Abastecimento de água da freguesia de Guadalupe e parte da Freguesia de Santa Cruz da Graciosa”;-----

-----O Presidente disse que a Câmara tem algumas dificuldades técnicas, como já havia referido anteriormente. Esta obra ultrapassa 10 % do investimento, referindo ainda que, segundo o disposto no nº2 do artigo 51º da Lei nº73/2013, de 3 de Setembro, a Assembleia Municipal está obrigada a dar o seu aval. -----

-----O Membro João Costa pediu para clarificar porque não tinha vindo antes à Assembleia Municipal, ao qual o Presidente respondeu que agora foram alertados e estão a cumprir a legislação. O Membro João Costa referiu que o PSD já havia alertado para o assunto.-----

-----Posteriormente passou-se à votação da empreitada da Rede de Abastecimento de água da freguesia de Guadalupe e parte da freguesia de Santa Cruz da Graciosa segundo o disposto no nº2 do artigo 51º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro; tendo sido aprovado por unanimidade. O Partido Social Democrata apresentou uma declaração de voto “ Reforçar que o PSD não votou favoravelmente estas questões porque estavam mal concebidas e iam atrasar o processo urgente. Com a nossa abstenção quisemos demonstrar uma posição coerente com as nossas obrigações enquanto representantes eleitos. Infelizmente a minoria nesta assembleia é sempre vista com desconfiança, e quem ficou a perder um ano e seis meses foram os Graciosenses.”-----



Ponto 6 – Votação e eventual aprovação do Pedido de Isenção de taxas por parte da Direção Regional da Habitação.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que esta proposta se baseia num pedido efectuado ao Município para isentar de taxas as moradias para habitação social. Por iniciativa da Câmara este documento veio à Assembleia Municipal de modo a isentar por cinco anos, sendo uma forma de colaborar no processo e incentivar o investimento por parte do Governo Regional nesta área. Estamos cientes da receita que não entra na Câmara Municipal, mas por outro lado, o investimento na Ilha irá trazer um retorno muito maior. Não havendo por parte dos Membros pedidos de esclarecimento, passou-se à votação do Pedido de Isenção de taxas por parte da Direção Regional da Habitação, tendo sido aprovado com doze votos favoráveis por parte do Partido Socialista e sete abstenções por parte do Partido Social Democrata. O Partido Social Democrata apresentou uma declaração de voto: “Para o PSD trata-se de uma questão de principio e não de cooperação. Não deve ser o mais pequeno a ter de dar a mão ao que tem mais capacidade. Achamos que o Governo Regional não precisa destas isenções para apoiar aqueles que mais necessitam, o que é de lamentar que ao fim de 40 anos a quantidade de pessoas que vivem em condições pouco dignas.”-----

-----No período da intervenção do público e por não haver inscrições para o efeito, deu-se o mesmo por encerrado.-----

-----Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão tendo-se elaborado a presente Ata que depois de lida em voz alta, na presença de todos, foi posta à votação e foi aprovada

A Mesa

João Manuel Teixeira Bettencourt
João Pedro Lopes Bettencourt
João Pedro Lopes Bettencourt